

# OS EFEITOS DO SOBRESTAMENTO DECORRENTE DA REPERCUSSÃO GERAL FRENTE AO DIREITO DOS CIDADÃOS À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA E À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

Miriam Marques

Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

e-mail: mmarques1751@gmail.com

(URL do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0194637402892230>)

SUMÁRIO. Introdução. 1. Garantias Constitucionais do Jurisdicionado. 1.1 Direito de Acesso à Justiça e o Direito à Tutela Jurisdicional Efetiva. 1.2 Direito à Razoável Duração do Processo. 2. O instituto da Repercussão Geral – breves anotações. 3. O Sobrestamento de processos cíveis com pedidos incontroversos. 4. Ausência de previsão legal sobre o sobrestamento dos pedidos incontroversos e Proposta de Execução Provisória do Julgado. 5. Situação atual dos processos sobrestados no STF – Levantamento estatístico. 6. Conclusão.

## INTRODUÇÃO

A sociedade atual vive um momento de grandes transformações sociais, culturais e econômicas, ditadas pela globalização, pela velocidade das comunicações, entre outros fatores, o que demanda do Poder Judiciário, uma prestação jurisdicional cada vez mais rápida e eficaz.

Nesse cenário, viu-se o aumento significativo do número de processos judiciais contendo demandas de mérito idêntico, o que revela a existência de um verdadeiro *fenômeno de repetição*, como bem intitula Luiz Guilherme Aidar Bondioli que, assim, explica:

“Tal fenômeno se faz presente em praticamente todos os setores da vida contemporânea, produzindo uma verdadeira massificação das relações econômicas e sociais, com naturais reflexos nos litígios surgidos no seu contexto. Na medida em que uma similar relação de consumo se repete inúmeras vezes, eventual abusividade no reajuste da mensalidade de um plano de saúde comercializado em larga escala se reproduzirá com a mesma intensidade, a dano de todos os

consumidores que o adquiriram. Da mesma forma, tendo em vista que o Estado se vincula a um número enorme de pessoas quando institui um tributo, possível inconstitucionalidade desse tributo traz impactos para significativa parcela da coletividade. Não é preciso muito esforço para imaginar o que acontece quando resolvem bater às portas do Poder Judiciário todos os consumidores eventualmente lesados por um reajuste considerado abusivo na mensalidade do seu plano de saúde e todos os contribuintes possivelmente prejudicados por um tributo tido como inconstitucional. Uma avalanche de processos fundados em idêntica controvérsia atinge os já congestionados tribunais nacionais e insere as cortes nacionais no contexto do fenômeno da repetição. (Artigo: A Nova Técnica de Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, Revista Jurídica nº 387, Janeiro/2010, Ano 58, NOTADEZ, pág. 27 e 28)”

Em consequência dessa realidade, a doutrina assinala o que se chamou de a *“crise do Supremo Tribunal Federal”*, expressão cunhada por Philadelpho de Azevedo, traduzida pelos assombrosos números de feitos que cada vez mais deságuam na Corte, o que por certo é sustentado pelo nosso sistema recursal, mas passa inevitavelmente a produzir um efeito reverso e, o que é mais grave, nefasto, representado não só pela morosidade nas decisões definitivas, com o indesejado prolongamento no tempo das soluções, de per si já preocupante, como ainda a inevitável queda na qualidade dessas decisões, que acabam por se ver afetadas em razão do grande volume. Nessa esteira, o combatente jurista baiano, Calmon de Passos, antes mesmo da Constituição de 1988, assim se manifestava:

*“A crise do STF se traduz, como vimos, em duas consequências bem determináveis. A primeira delas, o acúmulo de processos sem decisão nesse órgão, visto como o número dos que anualmente nele têm ingresso excede, de muito, o dos que nele conseguem ser julgados... A segunda consequência se traduz na perda de substância dos julgados de nossa mais alta Corte de Justiça. Eles, que deveriam ser os norteadores de toda a atividade jurisdicional do País, apresentam-se, em sua esmagadora maioria, como frutos modestos, às vezes nada convincentes, por força da pressão intolerável do volume de trabalho exigido dos senhores ministros.*

...

*O crescimento dos recursos extraordinários em forma geométrica, acusado pelos anos pretéritos e cuja linha não se viu e não se vê diminuída, decorre principalmente da amplitude de sua incidência e das frustradas soluções de filtragem em sua admissibilidade e consequente processamento e conhecimento, ensejando o tão indesejado acúmulo de processos, para ficar tão-somente nos limites das causas de ordem formal. (Elaine Harzeim Macedo, Artigo: Repercussão geral das questões constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário, Revista Direito e Democracia, volume 6, número 1, 1º semestre de 2005, pág. 86, 87 e 88)”*

O sistema jurídico brasileiro, então, premido pela necessidade de mudanças, editou a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que inseriu o parágrafo 3º ao art. 102 da Constituição Federal/88, criando um sistema de filtragem nos Recursos Extraordinários, conforme segue:

“Art. 102. ...

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)”

Assim, com a promulgação da referida emenda, nasceu o instituto da repercussão geral que veio a ser regulamentado pela Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e que consiste em um filtro para a admissibilidade dos recursos extraordinários.

*“O conceito de “repercussão geral” foi estabelecido diretamente pelo §1º do art. 543-A do CPC, que definiu como “a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa”. Ou seja, algo que extrapole o singelo interesse das partes litigantes, para se caracterizar como um debate de interesse público, nos aspectos acima descritos. (Fernando Facury Scaff – Artigo: O Recurso Extraordinário ao STF e a Repercussão Geral da Questão Constitucional em matéria tributária – Lei nº 11.418, Revista Jurídica Tributária - Ano 1 – Julho/Setembro de 2008, nº 2, NOTADEZ, pág. 52)”*

Portanto, “*A repercussão geral pode ser considerada como um dos instrumentos processuais que concretiza o art.5º, LXXVIII, que elevou a razoável duração do processo à condição de direito fundamental, pois causa uma limitação recursal (reduzindo o excesso de processos e julgamentos no STF), a redução dos atos processuais e a celeridade no julgamento dos recursos extraordinários (permitindo a seleção de alguns sobre matérias repetitivas). (Oscar Valente Cardoso, Artigo: Repercussão Geral, Questões Constitucionais Qualificadas e Coisa Julgada Inconstitucional, Revista Dialética de Direito Processual, nº 72, março - 2009, pág. 66)*”

A questão que interessa ao presente estudo, está relacionada ao procedimento estabelecido pelo legislador para o reconhecimento da repercussão geral em processos com idêntica controvérsia. Isto porque, nestes casos, a repercussão geral será aferida por amostragem, conforme dispõe o estatuto processual civil, em seu art.543-B e §1º, que seguem transcritos:

“Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).”

Logo, uma vez efetuada a seleção dos recursos que serão encaminhados ao STF, os demais ficarão sobrestados aguardando o pronunciamento da Suprema Corte sobre a existência ou não de repercussão geral.

“*Tendo sido reconhecida a repercussão geral da questão debatida e julgado o mérito recursal, os recursos sobrestados poderão ser apreciados imediatamente pelo Tribunal de origem, pelas Turmas de Uniformização ou pelas Turmas Recursais. (MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no recurso extraordinário. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, pág. 63)*”

Pois bem, o sobrestamento de um processo que contenha somente um pedido, cujo mérito da demanda seja objeto do recurso extraordinário, não causa espécie à parte vencedora em segundo grau, já que a suspensão do recurso impede qualquer ato executório.

No entanto, em se tratando de processos com múltiplos pedidos ou mesmo de um pedido que venha a ter o reconhecimento de uma parte como incontroversa, o sobrestamento do feito, tal como ocorre hoje, acarreta um enorme prejuízo aos jurisdicionados, porque se somente um destes pedidos estiver sob exame da Suprema Corte, haverá o impedimento de se proceder à execução das demais postulações que não são matérias próprias do recurso extraordinário em exame de repercussão geral.

A título de exemplo, cita-se o **RE nº 579431**, aguardando julgamento de mérito desde 11/06/2008, em que se discute no precatório, a incidência dos juros de mora no período compreendido entre a data da feitura do cálculo e a data da expedição da requisição de pequeno valor. Nesse caso, o sobrestamento do processo, impede o jurisdicionado de promover a execução da parte principal ou incontroversa, obrigando-o a esperar pelo julgamento de mérito da questão controversa, o que fere o direito do jurisdicionado à tutela jurisdiccional efetiva e à razoável duração do processo. Consoante informações obtidas na Vice-Presidência do TRF4ª Reg., existem, hoje, cerca de 9.000 (nove mil) processos sobrestados em razão dessa matéria.

É imperativo salientar que a Advocacia-Geral da União, em 09 de junho de 2008, editou o Enunciado nº 31, com o seguinte teor:

“É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública.”

No entanto, isso não invalida o exemplo, pelo contrário, comprova que somente por iniciativa do devedor é que pode, a parte credora, ter acesso à execução provisória.

Ora, essa possibilidade de execução da parte incontroversa deve ser a regra e, para isso, sugere-se que o Judiciário estabeleça nas decisões, os parâmetros para que a parte credora possa promover a execução parcial do julgado, independentemente da vontade do devedor.

Importa registrar que o presente ensaio não visa se opor ao sistema da repercussão geral, tal como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, que, por seus reconhecidos méritos, deve ser mantido. Mas, pretende questionar o sistema atualmente implantado no Poder Judiciário e suscitar a modificação nos procedimentos judiciais que ao determinarem o sobrestamento, não se limitam a fazê-lo somente em relação ao recurso extraordinário, mas abarcam todo o processo, ou seja, determinam a suspensão de matérias incontroversas.

A proposta que ora se efetua é no sentido de se delimitar o foco do recurso interposto, visando afastar os demais pontos ou pedidos que não são objeto do recurso, possibilitando ao jurisdicionado dar início à execução do julgado e, deste modo, tornar mais célere a prestação jurisdicional, ainda que de forma parcial.

## 1 GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO JURISDICIONADO

### 1.1 Direito de Acesso à Justiça e o Direito à Tutela Jurisdicional Efetiva

A Constituição Federal/88 consagra o direito de acesso amplo à Justiça que é uma conquista do cidadão, incorporada como garantia no texto da Lei Maior, de modo que, nas palavras dos professores Sérgio Gilberto Porto e Daniel Ustárroz: “[...] a norma constitucional que assegura a apreciação de lesão ou de ameaça a direito (art. 5º, XXXV) é a base do direito processual brasileiro, merecendo aplicação imediata e consideração em toda e qualquer discussão judicial”<sup>1</sup>.

Flávio Luís de Oliveira, ao abordar a matéria em seu artigo: Princípio do Acesso à Justiça, tece o seguinte comentário:

*“O princípio do Acesso à Justiça, previsto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não pode ser visto com um direito meramente formal e abstrato, ou seja, como um simples direito de propor a ação em juízo.*

<sup>1</sup> PORTO, Sérgio Gilberto; USTÁRROZ, Daniel. *Lições de direitos fundamentais no processo civil – O conteúdo processual da Constituição Federal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 41.

*De fato, a questão do Acesso à Justiça exige o enfrentamento dos obstáculos econômicos e sociais à concretização de direitos.*

*Assim sendo, o Acesso à Justiça requer um processo justo, à luz de uma Justiça imparcial, que permita não apenas a participação igualitária das partes, independentemente das diferentes posições sociais, mas, sobretudo, a efetiva realização de direitos”. “Nesse contexto, no que concerne aos objetivos fundamentais da República, insta salientar que o Acesso à Justiça contribui, para a inclusão social e, portanto, para a redução de desigualdades sócio-econômicas”.*

*“Portanto, o acesso à ordem jurídica justa é, antes de tudo, uma questão de cidadania. Por esta razão, a Justiça deve ser pensada sob o ponto de vista dos consumidores da prestação jurisdiccional.” ...*

(OLIVEIRA, Flávio Luís de Oliveira. Princípio do acesso à Justiça. In: OLIVEIRA NETO, Olavo de; LOPES, Maria Elizabeth de Castro (Org.). *Princípios processuais civis na Constituição*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008. – pág.79 e 80)

Delosmar Mendonça Junior, por seu turno, enfatiza:

*“Mas o direito de ação significa não apenas o mero acesso ao Judiciário, na dimensão restrita e insuficiente de propor demandas e se defender. Não. O direito de acesso à justiça significa tutela efetiva que se desdobra nos elementos adequação e tempestividade<sup>2</sup>. Com isso, defendemos a presença do princípio da efetividade do processo como norma decorrente do art. 5º, XXXV, da Constituição. A nosso sentir, a efetividade tem os conteúdos de adequação, buscando tutelas diferenciadas para concretizar o direito material e tempestividade, sugerindo procedimentos construídos sob o enfoque da harmonização entre ampla defesa e celeridade”.*

Portanto, trata-se de um direito fundamental à obtenção de uma solução concreta e definitiva para a demanda proposta.

---

<sup>2</sup> MENDONÇA JUNIOR, Delosmar. *Direito civil e Processo – Estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim*. Coordenação: Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim, Nelson Nery JR., Rodrigo Mazzei, Teresa Arruda Alvim Wambier, Thereza Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 994.

O presente trabalho, nesta linha de pensamento, parte do princípio de que a Justiça, como Instituição, deve conduzir suas atividades, sempre tendo como foco a pessoa do jurisdicionado.

Desta forma, todo procedimento judiciário deve levar em consideração os direitos das partes, a fim de que não se priorize a forma em detrimento da justiça.

## 1.2 Direito à Razoável Duração do Processo

O legislador editou a Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, que inseriu no rol dos direitos fundamentais do art. 5º, o inciso LXXVIII, que assim dispõe: *a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.*

Ao discorrer sobre esse dispositivo, o professor Horácio Wanderlei Rodrigues, assevera:

“Esse dispositivo contém duas normas, pois garante, no âmbito judicial e administrativo: a) a razoável duração do processo; e b) os meios que garantam a celeridade processual. Ambas possuem duplo direcionamento: a) estabelecem direitos fundamentais, que podem ser exigidos por qualquer cidadão; e b) contém uma ordem dirigida ao Poder Público, para que garanta o direito à prestação jurisdicional em um prazo razoável e crie os meios necessários para que isso efetivamente ocorra.

(RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Reforma do judiciário – Primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional n. 45/2004*. Coordenação: Teresa Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Manoel Gomes Jr., Octavio Campos Fischer, William Santos Ferreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Pág. 288)”

Sobre o tema, ainda, salienta o Prof. Clóvis Fedrizzi Rodrigues:

“A emenda constitucional tenta, com os novos dispositivos, acabar com a malfadada morosidade do Judiciário. Claramente se nota que, caso a emenda constitucional não se seguir de uma reforma das leis processuais e da administração do Poder Judiciário, bem como de uma profunda reflexão do Poder Executivo e Legislativo quanto a sua responsabilidade, na atual morosidade da prestação



jurisdiccional, as referidas disposições terão, tão somente, caráter principiológico, nada de novo trazendo ao jurisdiccionalizado.

(Clóvis Fedrizzi Rodrigues. Direito Fundamental à Duração Razoável do Processo. Revista IOB de Direito Civil e Processual Civi l- nº 63 - Jan-Fev/2010. p. 80 e 81)”

Resta claro que o Poder Judiciário pode e deve criar meios ou modificar os procedimentos existentes que não se coadunem com o princípio da duração razoável do processo.

Essa, portanto, é a fundamentação legal da presente proposta que postula a alteração do sistema de sobrestamento decorrente da repercussão geral, permitindo que haja a execução provisória dos pedidos que constituam parcela incontroversa, como regra geral, e fiquem sobrestados somente os recursos extraordinários.

## 2 O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL – BREVES ANOTAÇÕES

A Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, inseriu o inc. LXXVIII no art. 5º da Constituição Federal, concedendo ao jurisdiccionalizado o direito à duração razoável do processo que, sem dúvida, complementa o direito à tutela jurisdiccional efetiva. Isto porque um Judiciário lento, na prestação jurisdiccional, eternizando os litígios, atenta contra a sua própria função social, na medida em que não responde, com celeridade, às demandas que a sociedade lhe apresenta.

Salienta Horário Wanderlei Rodrigues que:

“O processo não apenas deve se preocupar em garantir a satisfação jurídica das partes, mas principalmente, para que essa resposta aos jurisdiccionalizados seja justa, é imprescindível que se faça em um espaço de tempo compatível com a natureza do objeto litigado. Do contrário, torna-se utópica a tutela jurisdiccional de qualquer direito<sup>3</sup>.”

---

<sup>3</sup> RODRIGUES, Horário Wanderlei. *Reforma do judiciário – Primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional n. 45/2004*. Coordenação: Teresa Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Manoel Gomes Jr., Octavio Campos Fischer, William Santos Ferreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 285.

O Estado é representado em seu mais alto escalão no Poder Judiciário pelo Supremo Tribunal Federal, a quem cumpre a “guarda da Constituição”, conforme dispõe o art.102, da CF/88.

Pois bem, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, ao cuidar do tema da repercussão geral, declaram que:

“[...] à Constituição compete um papel unificador do Direito no Estado Constitucional. É sua função outorgar unicidade ao Direito. Ao Supremo, nessa quadra, outra tarefa não poderia restar que não contribuir para a unidade do Direito no Estado Constitucional brasileiro, estabilizando-o e desenvolvendo-o unitariamente em seu cotidiano.”, [...] “é o interesse na concreção da unidade do Direito: é a possibilidade que se adjudica à Corte Suprema de “clarifier ou orienter le droit”, em função ou a partir de determinada questão levada ao seu conhecimento. Daí a oportunidade e o inteiro acerto de instituir-se a repercussão geral da controvérsia constitucional afirmada no recurso extraordinário como requisito de admissibilidade desse. Tendo presente essas coordenadas, a adoção de um mecanismo de filtragem recursal como a repercussão geral encontra-se em absoluta sintonia com o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e, em especial, com o direito fundamental a um processo com duração razoável”<sup>4</sup>.

O legislador, portanto, criou a repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, visando circunscrever a atuação do Supremo Tribunal Federal às grandes questões constitucionais.

Sobre esse tema, diz Elaine Harzheim Macedo:

“O obstáculo se mostra salutar, na medida em que liberaria o Supremo de julgar, em terceira ou quarta instância, questões que já foram decididas pelos demais tribunais, que, ao fim e ao cabo, também detém, por força do sistema difuso do controle da constitucionalidade, o poder de dizer a Constituição, ainda que restrito a casos sem repercussão geral, segundo o novel dispositivo<sup>5</sup>.”

<sup>4</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 15 e 18.

<sup>5</sup> MACEDO, Elaine Harzheim. Direito e Democracia. *Revista de Ciências Jurídicas*, ULBRA, v. 6, n. 1, p. 94, 1º sem. 2005.

Sandro Marcelo Kozikoski justifica a repercussão geral dizendo:

“Trata-se, assim, de providência delineada com o propósito de “descongestionar” o STF, coadunando-se com a pretensão de fortalecimento da excelência das funções jurídicas e políticas do órgão de cúpula do Judiciário Nacional<sup>6</sup>.”

Logo, a repercussão geral é um expediente que visa a racionalização da atividade judicial, com o intuito de agilizar os julgamentos e impedir que a Suprema Corte se torne uma terceira ou quarta instância como bem enfatizou a Prof. Elaine Harzheim Macedo.

O procedimento relativo a este mecanismo de filtragem nos Tribunais, portanto, deve seguir a sua matriz, ou seja, deve proporcionar um tratamento célere aos feitos.

### 3 O SOBRESTAMENTO DE PROCESSOS CÍVEIS COM PEDIDOS INCONTROVERSOS

A Constituição deferiu ao jurisdicionado os direitos à tutela jurisdiccional efetiva e à duração razoável do processo e ao Estado, enquanto Poder, o direito de invocar o princípio da celeridade, para uniformizar a prestação jurisdiccional. Em razão desta fórmula, nasceu o instituto da repercussão geral. No entanto, há um fato jurídico, resultante do reconhecimento de uma controvérsia, como sendo de repercussão geral que, em verdade, opõe-se ao próprio direito do cidadão em alcançar a prestação jurisdiccional efetiva de forma célere.

Estamos falando do **sobrestamento dos processos judiciais em que haja uma parte incontroversa**, a qual por não ser objeto do recurso extraordinário, poderia ser executada provisoriamente. Mas, diante da atual sistemática, tais demandas permanecem suspensas, impedindo que se efetue a prestação jurisdiccional, ainda que parcial.

---

<sup>6</sup> KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. A repercussão geral das questões constitucionais e o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário (Lei nº 11.418/2006). *Revista Forense*, Doutrina e pareceres, Jurisprudência civil, Jurisprudência penal, Crônica, Estudos e Comentários, Legislação, v. 391, p. 241, maio/jun. 2007.

Socialmente, a medida tem acarretado graves prejuízos, pois há processos envolvendo, por exemplo, matéria previdenciária, em que as partes, não raro, são pessoas de idade, doentes e de poucos recursos e que estão obrigadas a esperar pelo julgamento de um processo idêntico no Supremo Tribunal Federal para, então, obterem uma resposta definitiva à sua contenda.

Veja-se, por exemplo, o **RE 583834**, cuja declaração de existência de repercussão geral remonta à 12/06/2008, sem pronunciamento de mérito até o momento, e no qual se discute matéria previdenciária, referente a:

“Aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença. Fixação da renda mensal inicial. Apuração do Salário-de-benefício. Art. 29 da Lei nº 8.213/91, com redação da Lei nº 9.876/99. Aplicação a benefícios concedidos antes da vigência. Inciso XXXVI do art. 5º; § 5º do art. 195, caput e os §§ 1º, 3º e 4º do art. 201, todos da Constituição Federal. DIREITO PREVIDENCIÁRIO | Benefícios em Espécie | Aposentadoria por Invalidez.”

O recurso extraordinário interposto pelo INSS questiona a decisão que diz que na fixação da renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença deve-se apurar o salário-de-benefício na forma do art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91, ao argumento de **que** na aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, o correto é elevar o valor do benefício do segurado, de 91% do salário-de-benefício, para 100% do mesmo salário-de-benefício atualizado, *ex vi* do §7º do art. 36 do Dec. Nº 3.048/99.

A parte autora, por sua vez, sustenta que o correto é considerar o salário-de benefício do auxílio-doença como salário de contribuição do segurado no período em que ele esteve afastado da atividade – aplicando o art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91- e, em seguida, proceder a novo cálculo do salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez, fazendo incidir sobre esse novo salário-de-benefício, percentual de 100%, encontrando, assim, a renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez.

Em tais demandas, o efeito do sobrestamento é extremamente nocivo ao jurisdicionado porque enquanto não houver o julgamento do mérito pelo STF, ficará, este, sem receber o benefício da aposentadoria, já reconhecido judicialmente e sobre o qual, sublinha-se, não há recurso. O

foco recursal limita-se ao cálculo da renda mensal inicial. Logo, há uma parte incontroversa que seria passível de execução, ou seja, poderia a parte requerer o imediato recebimento da aposentadoria por invalidez, utilizando como renda mensal inicial, àquela proposta pelo INSS. Se, posteriormente, a Suprema Corte entender que a decisão recorrida estava correta, procede-se a liquidação dos valores pagos a menor e atualização do benefício previdenciário.

O que se propõe é uma mudança de orientação do próprio Judiciário, que deverá prover a parte credora de critérios no *decisum*, ainda que provisórios, para o caso de haver recurso extraordinário, especialmente, em matérias com repercussão geral já reconhecida. A ideia a ser perseguida é de que a parte vencedora da parte incontroversa possa executá-la imediatamente.

Este procedimento atenderia aos ditames constitucionais da tutela jurisdiccional efetiva e da razoável duração do processo, promovendo a justiça social de forma mais célere.

#### **4 AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL SOBRE O SOBRESTAMENTO DOS PEDIDOS INCONTROVERSOS**

Se consultarmos a legislação, perceberemos que não há previsão sobre os processos que contenham pedidos não açambarcados pelo recurso extraordinário, ou pedidos que possuam uma parte incontroversa.

O procedimento legal adotado pelos Tribunais de origem, para processos com idêntica controvérsia, estabelece que:

“O exame da repercussão geral dar-se-á por amostragem. Vale dizer: os Tribunais de origem selecionarão um ou mais recursos representativos da controvérsia (art. 543-B, § 1º, do CPC). [...] Uma vez individualizados, os recursos passíveis de adequada representação da controvérsia, os demais, versando sobre a mesma questão, ficarão sobrestados (isto é, paralisados) até que advenha pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito da existência ou da inexistência da repercussão geral<sup>7</sup>.”

<sup>7</sup> MARINONI; MITIDIERO, op. cit., p. 61-63.

Temos, neste ponto, duas possibilidades, a saber:

“A primeira é a de que o STF entenda não existir a repercussão geral alegada. Nesta hipótese, todos os recursos sobrestados deverão ser considerados automaticamente como não admitidos. A segunda hipótese é a de o STF admitir a repercussão geral e decidir o mérito do(s) Recurso(s) Extraordinário(s) que tiver apreciado. Neste caso, os recursos sobrestados poderão ser declarados nos Tribunais de origem como prejudicados, ou haver retratação<sup>8</sup>”.

Pois bem, analisando o sistema normativo, temos que: a partir da EC nº 45/2004 que inseriu o §3º ao art. 102 da CF/88, criou-se o instituto da Repercussão Geral, cuja regulamentação se deu pela Lei nº 11.418, de 19/12/2006, com vigência a partir de 18/02/2007.

Esta lei introduziu os arts. 543-A e 543-B no corpo do estatuto processual civil, conforme seguem transcritos:

“Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

...

Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

**§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte. (grifou-se).**

**§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos. (grifou-se)**

---

<sup>8</sup> SCAFF, Fernando Facury. O recurso extraordinário ao STF e a Repercussão geral da questão constitucional em matéria tributária – Lei nº 11.418. *Revista Jurídica Tributária*, ano 1, n. 2, p. 53, jul.-set. 2008.

§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.

§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.

O texto da lei, como bem se observa, não distingue os processos com uma ou múltiplas controvérsias ou demandas contendo pontos incontroversos. De modo que, ao determinar o sobrestamento, a lei ignora se há feitos com pedidos que foram julgados procedentes e que poderiam ser objeto de execução provisória, dada à sua autonomia.

A solução parece estar na interpretação da norma, passando-se a entender que o sobrestamento não deve ser do processo judicial em si, mas do recurso, contendo o ponto controvertido que foi reconhecido como sendo de repercussão geral, ou seja, o sobrestamento deve ser, exclusivamente, do recurso interposto.

Se procedermos a uma breve leitura do texto do parágrafo primeiro, do art. 543-B, veremos que a norma diz que o Tribunal de origem selecionará um ou mais recursos representativos da controvérsia e os encaminhará à Suprema Corte, **sobrestando os demais**, vale dizer, sobrestando os demais recursos.

Novamente, no parágrafo segundo do mesmo artigo, o legislador fala que, negada a existência de repercussão geral, *os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.*

Nas palavras de Luiz Guilherme Aidar Bondioli: “Uma vez deflagrado o julgamento por amostragem em matéria de recurso extraordinário pelo tribunal local, os recursos extraordinários ficam sobrestados até “o pronunciamento definitivo da Corte”<sup>9</sup> (art. 543-B, § 1º).”

Logo, a lei não fala em sobrestamento do processo judicial, mas, tão-somente, do recurso interposto. Portanto, a paralisação não atinge às

<sup>9</sup> BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista Jurídica*, Porto Alegre: NOTADEZ, ano 58, n. 387, p. 36, jan. 2010.

outras demandas autônomas que integram o processo e que não integram o recurso extraordinário.

O Regimento Interno do STF, por seu turno, ao se referir ao art. 543-B, fala em sobrestamento de matéria, conforme dispõe o art. 21, § 4º:

“§ 4º Relator comunicará à Presidência, para os fins do art. 328 deste Regimento, as matérias sobre as quais proferir decisões de sobrestamento ou devolução de autos, nos termos do art. 543-B do CPC.”

Assim, na ausência de impedimento legal, podem os processos, com pedidos múltiplos ou incontroversos serem objeto de execução, remanescendo suspensão somente aquela parcela que estiver pendente de exame no Supremo.

## **5 A SITUAÇÃO ATUAL DO SOBRESTAMENTO DOS FEITOS NO STF**

Consultando o site do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (<http://www.trf4.jus.br/trf4/>), no item Repercussão Geral/ TRF4, pode-se acessar um levantamento elaborado pela Vice-Presidência, no qual encontram-se discriminadas todas as matérias pendentes de pronunciamento sobre a existência ou não de repercussão geral, bem como aquelas em que a repercussão geral foi declarada, mas que continuam aguardando o julgamento do mérito.

Para se dimensionar o problema do sobrestamento, passa-se transcrever parte da tabela supra referida, apontando somente os processos em matéria cível, sendo que destes, somente aqueles cuja repercussão geral não foi reconhecida ainda, e os que já obtiveram a repercussão declarada nos anos de 2007 e 2008, e estão no aguardo do julgamento de mérito:

O quadro a seguir foi obtido no site do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (<http://www.trf4.jus.br/trf4/>), em novembro de 2010.



Classificação	Rep Geral	Assunto	Processo	Data de Afetação	Pronunciamento	Acórdão Afetação	Julg. Mérito	Transito em Julgado	Proc.
Diversos	Há Repercussão Geral	Ação Direta de Inconstitucionalidade Estadual. Lei n. 1.952, de 20.12.95, do Município de Paulínia. Lei municipal que proíbe a queima de palha de cana-de-açúcar e o uso do fogo em atividades agrícolas. Matéria de meio ambiente. Função suplementar do município. Existência de lei estadual em sentido contrário, permitindo a queima. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATERIAS DE DIREITO PÚBLICO   Controle de Constitucionalidade   Inconstitucionalidade Material	RE 586224	11/12/2008		Acórdão Publicado			
IPI	Há Repercussão Geral	IPI. Crédito. Aliquota zero. Produto não tributado e isenção. Rescisória. Admissibilidade na origem. Decisão rescindenda baseada na jurisprudência majoritária de então, reconhecendo o direito do crédito. DL nº 2.637/98	RE 590809	13/11/2008		Acórdão Publicado			
Execuções	Há Repercussão Geral	Embargos à execução. Fazenda Pública. Art. 4º da Medida Provisória 2.180-35/2001. Art. 1º-B à Lei 9.494/97. Prazo de 30 dias. 730 do CPC e 884 da CLT. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Atos Processuais   Prazo	RE 590871	13/11/2008		Acórdão Publicado			ADC 11
Diversos	Há Repercussão Geral	Direito Administrativo. Anulação de ato administrativo cuja formalização tenha repercutido no campo de interesses individuais. Poder de autotutela da administração pública. Necessidade de instauração de procedimento administrativo sob o rito do devido processo legal e com obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATERIAS DE DIREITO PÚBLICO   Atos Administrativos   Inquérito / Processo / Recurso Administrativo DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATERIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Sistema Remuneratório e Benefícios	RE 594296	13/11/2008		Acórdão Publicado			
	Há Repercussão Geral	Empregado. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Despedida imotivada. Sociedade de economia mista e empresa pública. Reintegração. Orientação Jurisprudencial nº 247 do TST/CF, art. 41 e 173, § 1º. DIREITO DO TRABALHO   Rescisão do Contrato de Trabalho   Despedida / Dispensa Imotivada DIREITO DO TRABALHO   Rescisão do Contrato de Trabalho   Reintegração / Readmissão ou Indenização	RE 589998	6/11/2008		Acórdão Publicado			RE 574167
Precatórios	Há Repercussão Geral	Precatório. Parcelamento. Juros legais (moratórios e compensatórios). Incidência durante o prazo de pagamento das parcelas do ADCT, art. 78. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Precatório   Liquidação Parcelada DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Valor da Execução / Cálculo / Atualização   Juros DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATERIAS DE DIREITO PÚBLICO   Intervenção do Estado na Propriedade   Desapropriação	RE 590751	6/11/2008		Acórdão Publicado			

	Há Repercussão Geral	Direito Processual Civil. Lei Estadual 11.608/2003-SP. Preparo. Porte de Remessa e Retorno. INSS. Iseção. Conceito de taxa judiciária. CF/88, artigos 5º, incisos XXXV, XXXVI e LV, 24, inciso IV, 93, inciso IX, 98, § 2º, e 145, inciso II. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Recurso   Preparo / Deserção	RE 594116	6/11/2008		Acórdão Publicado			ADI 3154
Medicamentos	Há Repercussão Geral	Direito à Saúde. Direito intertemporal. Aplicação retroativa de leis sobre planos de saúde. Lei nº 9.656/98. Ato jurídico perfeito (art. 5º, inc. XXXVI, da CF DIREITO DO CONSUMIDOR   Contratos de Consumo   Planos de Saúde	RE 578801	16/10/2008		Acórdão Publicado			
	Há Repercussão Geral	Direito Eleitoral. Prestação de contas. Cabimento de Recurso Especial Eleitoral. Art. 121, § 4º da CF. DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL   Eleição   Campanha Eleitoral   Prestação de contas	RE 591470	16/10/2008		Acórdão Publicado			
Diversos	Há Repercussão Geral	Tributário. Imunidade Recíproca. Sociedade de Economia Mista. Entidades que prestam serviços de saúde. Hospitais. Entidade de interesse Público. Art. 150, IV da CF. DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias DIREITO CIVIL   Empresas   Espécies de Sociedades	RE 580264	9/10/2008		Acórdão Publicado			
FGTS	Há Repercussão Geral	<b>OBSERVAR JULGAMENTO DAADI 2736</b> - Honorários advocatícios. art. 29-C da Lei 8.036/90. MP 2.164/2001. Ações entre o FGTS e os titulares de contas vinculadas. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Partes e Procuradores   Sucumbência   Honorários Advocatícios em FGTS	RE 581160	9/10/2008		Acórdão Publicado			RE 384866; ADI 2736
PIS/COFINS	Há Repercussão Geral	ISS. Inclusão na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS. Conceito de Faturamento.	RE 592616	9/10/2008		Acórdão Publicado			
Diversos	Há Repercussão Geral	Precatório. Aquisição por terceiro. Compensação com débito tributário. Art. 78, § 2º, do ADCT.	RE 566349	2/10/2008		Acórdão Publicado			RE 550400
Contribuições	Há Repercussão Geral	CSSL - Contribuição Social Sobre o Lucro. Majoração de alíquota. Emenda Constitucional nº 10/96. Princípio da anterioridade nonagesimal.	RE 587008	11/9/2008		Acórdão Publicado			
Servidor Civil	Há Repercussão Geral	Competência. Justiça do Trabalho. Arts. 105, inciso I, d, e 114, da Constituição Federal. Efeitos da execução após a instituição do regime jurídico único dos servidores públicos federais (Lei 8.112/90). Coisa julgada inconstitucional. Inexistência de direito adquirido a reajusta. Sentença que considerou devido, aos servidores da Justiça Eleitoral no Ceará, o reajuste de 84,32% referente ao Plano Collor (março/90). DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Jurisdição e Competência   Competência   Competência da Justiça do Trabalho DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Jurisdição e Competência   Competência   Competência da Justiça Federal DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Inexigibilidade do Título	RE 590880	4/9/2008		Acórdão Publicado			MS 24529; MS 25583

Diversos	Há Repercussão Geral	IOF - Imposto sobre Operações Financeiras. Incidência. Ações de companhias abertas e das consequentes bonificações emitidas. Art. 1º, IV, da Lei 8.033/90. DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   IOC/IOF Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Fato Gerador/Incidência	RE 583712	28/8/2008		Acórdão Publicado		
Diversos	Há Repercussão Geral	IOF- Imposto sobre Operações Financeiras. Incidência nos contratos de mútuo onde não participem instituições financeiras. "Factoring?". Artigo 13 da Lei nº 9.779/99. DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   IOC/IOF Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários DIREITO CIVIL   Obrigações   Espécies de Contratos   Mútuo	RE 590186	28/8/2008		Acórdão Publicado		ADI 1763
Execuções	Há Repercussão Geral	Execução contra a Fazenda Pública. Embargos, Art. 741 do Código de Processo Civil. Aplicação no âmbito dos juizados. Arts. 5º, caput, e inciso XXXVI (coisa julgada e ato jurídico perfeito), e 195, § 5º (pré-existência de custeio). Coisa julgada inconstitucional. Aplicação retroativa da Lei nº 9.032/95. Majoração percentual da pensão por morte concedida antes da vigência. RE 415.454 e RE 416.827. DIREITO PREVIDENCIÁRIO   RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas   RMI - Renda Mensal Inicial   Alteração do coeficiente de cálculo de pensão DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Inexigibilidade do Título DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Jurisdição e Competência   Competência   Competência dos Juizados Especiais	RE 586068	2/8/2008		Acórdão Publicado		
Precatórios	1. Há Repercussão Geral	1. Precatório. Juros de mora. Incidência no período compreendido entre a data da feitura do cálculo e a data da expedição da requisição de pequeno valor. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Valor da Execução / Cálculo / Atualização	RE 579431	11/6/2008		Acórdão Publicado		
	Há Repercussão Geral	IPPU. Alíquota progressiva. EC 29/2000. Isonomia e capacidade contributiva. Lei municipal nº 10.250/2001-SP. Reserva de Plenário. DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Alíquota   Alíquota Progressiva	RE 586693	26/6/2008		Acórdão Publicado		RE 423768
	Há Repercussão Geral	Previdenciário. Aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença. Fixação da renda mensal inicial. Apuração do Salário-de-benefício. Art. 29 da Lei nº 8.213/91, com redação da Lei nº 9.876/99. Aplicação a benefícios concedidos antes da vigência. Inciso XXXVI do art. 5º; § 5º do art. 195, caput e os §§ 1º, 3º e 4º do art. 201, todos da Constituição Federal. DIREITO PREVIDENCIÁRIO   Benefícios em Espécie   Aposentadoria por Invalidez	RE 583834	12/6/2008		Acórdão Publicado		
PIS/ COFINS	Há Repercussão Geral	PIS e COFINS. Base de cálculo. Exclusão das vendas a prazo inadimplidas. Art. 195, I, b da CF. Capacidade contributiva e não confisco.	RE 586482	5/6/2008		Acórdão Publicado		

IPi	Há Repercussão Geral	IPi. Base de cálculo. Descontos incondicionados. Art. 14, §2º, Lei nº 4.502/64, com redação do art. 15 da Lei nº 7.798/89. Necessidade de Lei Complementar. Art. 146, inciso III, alínea a e Art. 150, inciso I da CF.	RE 567935	22/5/2008		Acórdão Publicado			
Servidor Civil	Há Repercussão Geral	Sindicatos e Associações. Legitimidade para ajuizar ação, na qualidade de substitutos processuais. Desnecessidade de autorização do filiado. Art. 5º, XXI e XXXVI, e Art. 8º, III da CF DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Partes e Procuradores   Substituição Processual DIREITO CIVIL   Pessoas Jurídicas   Associação	RE 573232	15/5/2008		Acórdão Publicado			
IPi	Há Repercussão Geral	IPi. Constitucionalidade do Decreto n. 2.917/98. Adoção do princípio da seletividade para a fixação de alíquotas do IPi DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   IPi   Imposto sobre Produtos Industrializados DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Aliquota	RE 567948	9/5/2008		Acórdão Publicado			RE 592145
PIS/COFINS	Há Repercussão Geral	Inconstitucionalidade integral da Lei nº 10.865/04, que disciplina as contribuições para o PIS e a COFINS. PIS e COFINS. Importação. Lei nº 10.865/2004. Contribuições sociais. Exigência de lei complementar para a disciplina de PIS e COFINS sobre a importação. DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   PIS - Importação DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   COFINS - Importação DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Base de Cálculo   Exclusão - ICMS DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Fato Gerador/Incidência	RE 565886	8/5/2008		Acórdão Publicado			
PIS/COFINS	Há Repercussão Geral	ICMS na base de cálculo. PIS e COFINS. Inclusão do ICMS na base de cálculo. DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   PIS DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   Cofins DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Base de Cálculo   Exclusão - ICMS	RE 574706	24/4/2008		Acórdão Publicado			RE 570203; ADC 18; RE 240785
Contribuições	Há Repercussão Geral	Contribuição previdenciária. Inclusão do salário-maternidade na base de cálculo da contribuição previdenciária (art. 28, §2º, I, da Lei nº 8.212/91) incidente sobre a remuneração. Arts. 195, § 4º, e 154, inc. I, da Constituição da República.	RE 576967	24/4/2008		Acórdão Publicado			
Contribuições	Há Repercussão Geral	Contribuição social sobre o lucro e imposto sobre a renda. Dedução do valor equivalente à Contribuição Social sobre o Lucro da base de cálculo da CSSL e do IRPJ. Lei nº 9.316/96, art. 1º, parágrafo único.	RE 582525	24/4/2008		Acórdão Publicado			
PIS/PASEP	Há Repercussão Geral	PIS e PASEP. Recepção do art. 12 da Lei Complementar 7/1970 e do art. 3º da Lei Complementar 8/1970. Sujeição das empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica ao recolhimento do PASEP. Tratamento prejudicial para empresas públicas em relação às empresas privadas. DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   PIS DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   PASEP DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Intervenção no Domínio Econômico   Proteção à Livre Concorrência   Proibição de Privilégio Fiscal à Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	RE 577494	17/4/2008		Acórdão Publicado			

Servidor Civil	Há Repercussão Geral	Servidor público. Extensão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT aos servidores inativos e pensionistas em seu grau máximo. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Sistema Remuneratório e Benefícios   Gratificações Por Atividades Específicas   Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Sistema Remuneratório e Benefícios   Isonomia/Equivalência Salarial   Extensão de Vantagem aos Inativos	RE 572884	3/4/2008		Acórdão Publicado			
Militar	Há Repercussão Geral	Servidor Público. Militar. Transferência de ofício. Transferência de servidor ex ofício. Direito de matrícula em universidade pública ao servidor transferido, na hipótese de, apesar de cursar em universidade particular na localidade de origem, não existir universidade particular na localidade destino que ofereça o mesmo curso. Art. 206, inc. I, da Constituição da República. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Serviços   Ensino Superior   Transferência de Estudante	RE 576464	3/4/2008		Acórdão Publicado			
Precatórios	Há Repercussão Geral	Precatório. Execução provisória. Expedição de precatório antes do trânsito em julgado da execução. Aplicação do art. 475-O do Código de Processo Civil. Art. 100. EC 30/2000. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Precatório DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Execução Provisória	RE 573872	20/3/2008		Acórdão Publicado			
Servidor Civil	Há Repercussão Geral	Servidor público. Concurso Público. Natureza do Controle externo exercido pelo TCE. Competência de tribunal de contas estadual para negar registro de servidor aprovado em concurso público municipal. Autonomia municipal. Art. 31, § 1º, da Constituição da República. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Concurso Público / Edital   Inscrição / Documentação DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Entidades Administrativas / Administração Pública   Tribunal de Contas	RE 576920	20/3/2008		Acórdão Publicado			
	Há Repercussão Geral	Débito fiscal. Notas fiscais. Administração e fiscalização. Exigência de garantia para a impressão de documentos fiscais. Ônice ao regular exercício da atividade empresarial. Eventual conflito da exigência com as decisões proferidas pelo Tribunal nos REs 434.987 e 413.782. DIREITO TRIBUTÁRIO   Procedimentos Fiscais   Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário	RE 565048	21/2/2008		Acórdão Publicado			
Contribuições	Há Repercussão Geral	Contribuições sociais. Imunidade. Entidades beneficiadas de assistência social. Imunidade ou isenção tributária relativa às contribuições sociais. Art. 195, § 7º, da Constituição. Dúvida quanto à possibilidade de ser regulada por lei ordinária. Constitucionalidade do art. 55 da Lei n. 8.212/91.	RE 566622	21/2/2008		Acórdão Publicado			

COFINS	Há Repercussão Geral	COFINS. Constitucionalidade da cobrança da COFINS com fundamento na Lei n. 10.833/2003, resultado da conversão da Medida Provisória n. 135/2003. Não Cumulatividade. DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Base de Cálculo   DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Alíquota	RE 570122	21/2/2008		Acórdão Publicado			
	Há Repercussão Geral	Servidor público. Militar. Concurso Público. Restrição a candidato que responda a processo criminal (existência de denúncia) Presunção de inocência. Concurso Público para a formação de Cabos da Polícia Militar do Distrito Federal. Vedação à participação de candidatos denunciados pela prática de crime de falso testemunho ou falsa perícia. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Militar   Regime   Curso de Formação	RE 560900	8/2/2008		Acórdão Publicado			
Servidor Civil	Há Repercussão Geral	Servidor público. Remuneração. Base de cálculo de adicional por tempo de serviço. Art. 37, inc. XIV, da Constituição da República. Interpretação do citado dispositivo constitucional posterior à promulgação da EC 19/98. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Sistema Remuneratório e Benefícios   Adicional de Tempo de Serviço	RE 563708	8/2/2008		Acórdão Publicado			
	Há Repercussão Geral	Previdência social. Benefício assistencial de prestação continuada. Idoso. Renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo. Art. 203, inc. V, da Constituição da República. Alteração do critério objetivo de aferição do estado de pobreza modificado para meio salário mínimo, ante o disposto nas Leis n. 9.533/97 e 10.689/2003. Comprovação da miséria por outros critérios que não os adotados pela Lei n. 8.742/93, declarada constituição pelo STF na ADI 1.232. DIREITO PREVIDENCIÁRIO   Benefícios em Espécie   Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88) DIREITO PREVIDENCIÁRIO   Disposições Diversas Relativas às Prestações   Limite de Renda Familiar	RE 567985	8/2/2008		Acórdão Publicado			
Precatórios	Há Repercussão Geral	<b>Declarado o prejuízo do pedido em virtude do Enunciado nº 31 da Súmula da Advocacia-Geral da União.</b> - Precatório. Fracionamento de precatório judicial para pagamento de parte incontroversa. Alegada violação do art. 100, §§ 1º e 4º, da Constituição da República. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Precatório   Expedição antes do trânsito em julgado - Parcela incontroversa	RE 568647	8/2/2008		Acórdão Publicado			
	Há Repercussão Geral	Nepotismo. Processo legislativo. Lei municipal. Controle de constitucionalidade de lei municipal proibitiva da prática de nepotismo na administração pública. Alegação de vício de iniciativa. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Controle de Constitucionalidade   Processo Legislativo DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Regime Estatutário   Nomeação   Cargo em Comissão	RE 570392	8/2/2008		Acórdão Publicado			

Servidor Civil	Há Repercussão Geral	Servidor público. Remuneração. Base de cálculo do adicional de insalubridade. Utilização do salário mínimo. Vedação de vinculação contida no art. 7º, inc. IV, da Constituição da República. SÚMULA VINCULANTE nº 4 DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Sistema Remuneratório e Benefícios   Adicional de Insalubridade   Base de Cálculo	RE 565714	8/2/2008		Acórdão Publicado	Mérito Julgado		
	Há Repercussão Geral	ITCD. Alíquota progressiva. Art. 18 da Lei Estadual n. 8.821/1989 ? RS. DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Alíquota   Alíquota Progressiva	RE 562045	1/2/2008		Acórdão Publicado			RE 545103 ; RE 551401; RE 552553; RE 552707; RE 553921; RE 555495; RE 557097; RE 570849; RE 544298; RE 544438; RE 552862
Servidor Civil	Há Repercussão Geral	Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 37, X e § 6º, da Constituição Federal, o direito, ou não, a indenização por danos patrimoniais sofridos em razão de omissão do Poder Executivo estadual, consistente no não-encaminhamento de projeto de lei destinado a viabilizar reajuste geral e anual dos vencimentos de servidores públicos estaduais.	RE 565089	13/12/2007		Acórdão Publicado			
Honorários	Há Repercussão Geral	Honorários advocatícios. Precatório. Fracionamento de precatório. Execução autônoma de honorários advocatícios fixados em sentença. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Precatório   Fracionamento DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Partes e Procuradores   Sucumbência   Honorários Advocatícios	RE 564132	13/12/2007		Acórdão Publicado			
	Há Repercussão Geral	Taxa de extinção de incêndio. Tributário. Administração e fiscalização. Taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios. Estado de Minas Gerais. DIREITO TRIBUTÁRIO   Taxas   Municipais   Taxa de Prevenção e Combate a Incêndio DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Base de Cálculo	RE 561158	13/12/2007		Acórdão Publicado			
Contribuições	Há Repercussão Geral	Contribuição para a seguridade social. Responsabilidade solidária. Necessidade de lei complementar para definir responsabilidade tributária solidária. Art. 13 da Lei n. 8.620/93. Responsabilidade solidária de sócio de empresa por cotas de responsabilidade limitada. DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Previdenciárias DIREITO TRIBUTÁRIO   Obrigação Tributária   Responsabilidade tributária   Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente (Art. 135 III do CTN)	RE 567932	29/11/2007		Acórdão Publicado			
Servidor Civil	Há Repercussão Geral	Servidor público. Remuneração. Compensação com aumentos posteriores do reajuste de 11,98% decorrente da errônea conversão da URV. Inobservância da Lei nº 8.880/94. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão   Índice da URV Lei 8.880/1994   Índice de 11,98%	RE 561836	15/11/2007		Acórdão Publicado			

Medicamentos	Há Repercussão Geral	Seguridade social. Saúde. Assistência. Medicamento de alto custo. Fornecimento. Condenação de Estados ou Municípios ao custeio de medicamentos não fornecidos pelo sistema de saúde pública. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Serviços   Saúde	RE 566471	15/11/2007		Acórdão Publicado			
Prescrição	Há Repercussão Geral	Aplicação da prescrição quinquenal em repetição de indébito tributário conforme disciplinada na LC nº 118/05 (arts. 3º e 4º). Tributário. Prescrição e decadência. Repetição de indébito. Arts. 3º e 4º da Lei Complementar 118/2005. Repetição de indébito tributário. Retroatividade de lei de interpretação. Expressão "observado, quanto ao artigo 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar nº 118/2005.	RE 561908	8/11/2007		Acórdão Publicado			RE 566621
PIS/COFINS	Há Repercussão Geral	PIS e COFINS. Importação. Art. 7º, I, da Lei n. 10.865/2004. Inclusão do ICMS na base de cálculo. DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   PIS - Importação   DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   COFINS - Importação   DIREITO TRIBUTÁRIO   Crédito Tributário   Base de Cálculo   Exclusão - ICMS	RE 559607	26/9/2007	Pronunciamento	Acórdão Pendente de Publicação			
	Pendente de Análise	ver RE 626489 [AI 785550 EXCLUÍDO DO PARADIGMAS] - Revisão de Benefício Previdenciário. Decadência. Direito à revisão de benefício previdenciário instituído anteriormente a 28/06/1997, data da edição da Medida Provisória nº 1.523-9, que deu nova redação ao art. 103 da Lei nº 8.213/91 - 6162 + Lei Federal nº 8.213/91, art. 103 + CF/88 art. 5º, inc XXXVI	AI 785550						
Prescrição	Pendente de Análise	Prescrição intercorrente. Aplicação do disposto no artigo 174, parágrafo único, I, do CTN que prevaleceu ou não sobre o artigo 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80	RE 602848						
Contratos	Há Repercussão Geral	2. Em 17/9/08: O Supremo, no Recurso Extraordinário nº 568.396-6/RS, concluiu pela repercussão geral do tema relativo à possibilidade de autorizar-se a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano. No entanto, ante acordo formalizado entre as partes, declarei o prejuízo do recurso. Este processo versa sobre a mesma matéria, podendo ser apreciado pelo Colegiado para estabelecer o precedente. Ouçam o Procurador-Geral da República, conforme previsão do artigo 325 do Regimento Interno desta Corte. Procedam à atualização no sistema. - Instituições financeiras. Capitalização de juros. Constitucionalidade da Medida Provisória 2.170-36 quanto à capitalização mensal dos juros. Conflito com o art. 62 da Constituição. DIREITO CIVIL   Obrigações   Inadimplemento   Juros de mora - Legais/Contratuais   Capitalização / Anatocismo	RE 592377	19/9/2008		Acórdão Publicado		ADI 2316	
Militar	Há Repercussão Geral	2. Em substituição ao RE 572499 - Militar. Art. 142, § 3º, X, DA CF. Lei sobre ingresso nas forças armadas. Curso de formação de soldados. Art. 9º da Lei nº 11.279/2006. Limite de idade. Fixação em edital DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Concurso Público / Edital   Curso de Formação   DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Militar	RE 600885	16/10/2008		Acórdão Publicado			



	Pendente de Análise	Direito Administrativo. Servidor Público. Aumento do valor do vale-alimentação.	RE 606887						
Diversos	Pendente de Análise	Direito Tributário. Impostos. IPTU. Taxas. Sletividade	RE 606245						
Precatórios	Pendente de Análise	Requisição de pequeno valor. Correção monetária e juros moratórios nos períodos entre a liquidação e a expedição e entre a expedição e o efetivo pagamento	RE 608807						RE 608776; RE 608807; RE 609051; RE 609054; RE 609057; RE 609061; RE 609152; RE 609217; RE 609355; RE 609594; RE 609595; RE 609610; RE 609611; RE 609635; RE 609636; RE 609637; RE 609639; RE 611044; RE 611390; RE 611934; RE 611943; RE 611956; RE 611962; RE 611964; RE 611965; RE 611990; RE 612847; RE 612849; RE 612854; RE 612864; RE 612869; RE 612878; RE 613319
Servidor Civil	Pendente de Análise	Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social (GDASS). Isonomia entre ativos e inativos. Super-veniência de regulamentação. Irredutibilidade de vencimentos	AI 794352						
	Pendente de Análise	Processual civil e previdenciário. Benefícios. Interesse de agir. Prévio requerimento administrativo. (Des)necessidade.	RE 612723						RE 549705; RE 549758
	Pendente de Análise	Benefício Previdenciário diverso da pensão por morte. Revisão. Incidência da Lei nº 9.032, de 1995.	RE 612954						
	Pendente de Análise	Efeitos de eventual transação havida por meio de acordo homologado em juízo após o trânsito em julgado de sentença trabalhista de conhecimento sobre a base de cálculo das contribuições previdenciárias devidas.	AI 791300						
Precatórios	2. Ofício 3629012	2. Precatório. AI 2007.04.00.029935-8 Ofício nº 3629012-VPres - Desse modo, como o objeto dos apelos extremos (que ora encaminhamos para fins do artigo 543-B § 1º do CPC) possui semelhança com o recurso paradigma RE 579.431, faz-se necessária a aludida providência no sentido de atingir a solução projetada da multiplicidade de feitos em matéria de precatórios, especialmente no que se refere às seguintes questões: a) Afirmação ao artigo 100, § 1º e 4º, da CF, porquanto a interpretação do acórdão recorrido negou-lhe plena vigência, sendo devidos os juros no período entre a data da conta e a expedição do precatório/RPV. b) Ofensa ao disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, pois o acórdão deixou de observar a coisa julgada que determinou expressamente, na fase de conhecimento, a incidência dos juros de mora.	RE 631258						

Precatórios	3. Ofício 3629012	3. Precatório. <b>2008.04.00.040162-5</b> Ofício nº 3629012-Vpres - Desse modo, como o objeto dos apelos extremos (que ora encaminhamos para fins do artigo 543-B § 1º do CPC) possui semelhança com o recurso paradigma RE 579.431, faz-se necessária a aludida providência no sentido de atingir a solução projetada da multiplicidade de feitos em matéria de precatórios, especialmente no que se refere às seguintes questões: a) Afronta ao artigo 100, § 1º e 4º, da CF, porquanto a interpretação do acórdão recorrido negou-lhe plena vigência, sendo devidos os juros no período entre a data da conta e a expedição do precatório/ RPV. b) Ofensa ao disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, pois o acórdão deixou de observar a coisa julgada que determinou expressamente, na fase de conhecimento, a incidência dos juros de mora.	RE 631387						
Precatórios	4. Ofício 3629012	4. Precatório. <b>0004133-87.2010.404.0000</b> Ofício nº 3629012-Vpres - Desse modo, como o objeto dos apelos extremos (que ora encaminhamos para fins do artigo 543-B § 1º do CPC) possui semelhança com o recurso paradigma RE 579.431, faz-se necessária a aludida providência no sentido de atingir a solução projetada da multiplicidade de feitos em matéria de precatórios, especialmente no que se refere às seguintes questões: a) Afronta ao artigo 100, § 1º e 4º, da CF, porquanto a interpretação do acórdão recorrido negou-lhe plena vigência, sendo devidos os juros no período entre a data da conta e a expedição do precatório/RPV. b) Ofensa ao disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, pois o acórdão deixou de observar a coisa julgada que determinou expressamente, na fase de conhecimento, a incidência dos juros de mora.	RE 631319						
Concurso	Pendente de Análise	1. Ver <b>AI 758533 [RE 597916 FOI EXCLUÍDO DA BASE DE PARADIGMAS]</b> - Direito Administrativo. Concurso Público. Exame psicotécnico. Legalidade e/ou critérios objetivos.	RE 597916						AI 716139, AI 740839, RE 740852, RE 741399, RE 748978, RE 763602, RE 597916, RE 597974, RE 598165, RE 598475, RE 600696, RE 601240
	Pendente de Análise	Direito do Trabalho. Fraude à execução. Penhora de Crédito.	AI 763661						AI 763661, AI 763711, AI 791277, AI 791283, AI 791678, AI 797915, AI 798253, AI 798416, AI 798723, AI 801768, AI 806075, AI 806133, AI 806321, AI 806491
	Pendente de Análise	Trata-se de discussão - em face da revogação do decreto estadual nº 35.139/1994, pelo decreto estadual nº 44.290/2001, naquilo em que, regulamentando a lei estadual nº 10.002/1993, elegia o IEPE/UFRGS como índice oficial de reajuste. Discute-se, ainda, a possibilidade de o Judiciário conceder os reajuste após essa reogação, adotando o IGP-M como índice de reajuste, mesmo face desse vazio legislativo.	AI 790082						

	Plenário Virtual	Servidora pública municipal Leis Municipais 3.801/91 e 3.7091/92 de Sorocaba Evolução Funcional Exercício do cargo e assiduidade que permitem imediata contagem de pontos para a promoção Avaliação de desempenho, contudo, depende de regulamentação ainda não baixada pelo Executivo. A questão limita-se a saber se a lei municipal que previu a instituição do plano de carreira dos servidores é autoaplicável ou depende de regulamentação pelo Poder Executivo.	AI 823896						
	Plenário Virtual	MANDADO DE SEGURANÇA ICMS INCIDÊNCIA ENTIDADE FILANTRÓPICA IMUNIDADE As instituições de assistência social foram declaradas, pela Constituição, imunes a impostos exatamente porque buscam ou avocam os mesmos princípios do Estado, a realização do bem comum, como o trabalho realizado pelas Santas Casas de Misericórdia, que dão assistência médico-hospitalar gratuita a pessoas carentes, sendo altamente louvável que usufruam de tais benefícios. Os contribuintes de direito são os fornecedores de medicamentos, máquinas e equipamentos necessários à consecução das atividades filantrópicas da apelante, a mesma é quem suporta o valor do imposto embutido na operação de venda das mercadorias, como se fosse o contribuinte de fato, sendo válido o reconhecimento do direito, pois poderia buscá-lo em eventual restituição, na direção do artigo 166 do Código Tributário Nacional.	RE 608872						
Diversos	Plenário Virtual	Constitucionalidade da parte final do § 1º do artigo 1.361 do Código Civil, tendo em vista a previsão contida no artigo 236 da Carta da República, do exercício em caráter privado dos serviços notariais e de registro e a fiscalização pelo Poder Judiciário. Veículos automotores gravame registro em cartório de títulos e documentos inconstitucionalidade do artigo 1.361, § 1º, do código civil de 2002 declarada na origem matéria constitucional.	RE 607607						
	Plenário Virtual	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI DISTRITAL Nº 710/2005 PROJETOS URBANÍSTICOS COM DIRETRIZES ESPECIAIS PARA UNIDADES AUTÔNOMAS DE ESTABELECIMENTO DE CONDOMÍNIOS FECHADOS VERIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS BÁSICOS NO TOCANTE AO ORDENAMENTO TERRITORIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL NO ART. 325, I, C, DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.	RE 607940						

Servidor Civil	Plenário Virtual	A Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará, ao reformar sentença proferida em primeiro grau, decidiu ser extensível aos inativos e pensionistas a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo GDGPGE, prevista na Lei nº 11.357/2006, no percentual de oitenta pontos por servidor. Entendeu que a referida gratificação, enquanto não adotadas as medidas para a avaliação de desempenho dos servidores em atividade, configura-se de caráter genérico, motivo pelo qual deveria ser paga aos pensionistas e aos servidores já aposentados os que se aposentaram de acordo com a regra de transição e os que preenchiam os requisitos para a aposentadoria quando da publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003. Ademais, o pagamento da GDGPGE em percentual diferenciado, de cinquenta pontos, aos inativos, ante a apontada impossibilidade de avaliações, violaria o princípio constitucional da igualdade.	RE 631389						
Contribuições	Plenário Virtual	DIREITO TRIBUTÁRIO   Contribuições   Contribuições Sociais   Fato Gerador/Incidência - Verifico que a controvérsia envolve debate sobre a incidência da contribuição previdenciária sobre a parcela denominada participação nos lucros concernente a período posterior à Constituição Federal de 1988 e anterior à Medida Provisória nº 794/94.	RE 569441						
Diversos	Plenário Virtual	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Serviços   Saúde   Ressarcimento ao SUS - A questão a ser analisada refere-se à constitucionalidade da exigência legal de ressarcimento ao SUS pelos custos com o atendimento de pacientes beneficiários de planos privados de saúde, prevista no artigo 32 da Lei 9.656/98. <b>Destaque-se que a presente controvérsia constitucional foi apreciada, em sede cautelar, na ADI-MC 1931/DF, Rel. Min. Mauricio Corrêa, Pleno, DJ 28.5.2004.</b>	RE 597064						
	Plenário Virtual	DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias   ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo   Crédito Tributário   Creditamento - ICMS. Compensação de créditos decorrentes da aquisição de bens do ativo fixo. Cabimento. Princípio da não-cumulatividade. Restrições impostas por Lei Complementar. Impossibilidade.	RE 601967						
Diversos	Plenário Virtual	DIREITO CIVIL   Obrigações   Espécies de Contratos   Alienação Fiduciária DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Controle de Constitucionalidade - O Tribunal de Justiça declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 1.361 do Código Civil, presente o artigo 236 da Constituição Federal, e assentou a obrigatoriedade de gravames a incidirem sobre veículos automotores serem levados a registro no cartório de títulos e documentos.	RE 611639						

	Plenário Virtual	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Atos Administrativos   Inquérito / Processo / Recurso Administrativo   DIREITO PREVIDENCIÁRIO   Benefícios em Espécie DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Formação, Suspensão e Extinção do Processo   Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito   Interesse Processual - Trata-se de recurso extraordinário de acórdão que considerou ser desnecessária a prévia postulação de direito previdenciário perante a administração, como requisito para postulação judicial do mesmo direito. Sustenta-se, em síntese, violação dos arts. 2º e 5º, XXXV da Constituição	RE 631240						AI 804406
Imposto de Importação	Plenário Virtual	DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   II - Imposto sobre Importação - Direitos antidumping. Compra e venda celebrada anteriormente à publicação da resolução instituidora. Irrelevância. Despacho aduaneiro. Registro da declaração de importação. Termo a quo. Data de celebração do contrato de compra e venda da mercadoria para efeitos de aplicação dos direitos antidumping. De fato, a discussão aparenta ser muito próxima do quadro analisado por esta Corte no RE 224.285 e nos acórdão que se seguiram, de modo que o exame deste recurso extraordinário pode confirmar a aplicabilidade das mesmas razões de decidir ou, diferentemente, revelar a existência de traços distintivos relevantes aptos a apartar os quadros.	RE 632250						
IRPJ e CSLL	Plenário Virtual	DIREITO TRIBUTÁRIO   Impostos   IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica   Contribuições   Contribuições Sociais   Contribuição Social sobre o Lucro Líquido   Crédito Tributário   Base de Cálculo - serviços de patologia clínica/análises clínicas - a recorrente pretende ver reconhecida a condição de prestadora de serviço tipicamente hospitalar ou assemelhado, nos moldes da exceção prevista no artigo 15, §1º, inciso III, alínea a, da Lei 9.249/95, para, com isso, sujeitar-se a uma menor base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) e do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ).	AI 803140						
Processual	Plenário Virtual	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Formação, Suspensão e Extinção do Processo   Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito   Adequação da Ação / Procedimento - A questão constitucional em debate cinge-se à suposta violação do Princípio da Isonomia, quando da aplicação subsidiária da Lei dos Juizados Especiais Estaduais aos Juizados Especiais Federais. - A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul proferiu acórdão que negou provimento à ação rescisória, ao argumento de que é inviável a propositura de ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais Federais, por força do disposto no art. 59 da Lei 9.099/95.	AI 808968						

Diversos	Plenário Virtual	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Fraude à Execução DIREITO CIVIL   Obrigações   Transmissão   Cessão de Crédito   Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Domínio Público   Bens Públicos - a questão a ser analisada refere-se à validade da penhora de bem da extinta RFFSA, realizada anteriormente à sucessão de seus créditos pela União, e a possibilidade de a execução prosseguir mediante precatório, ante o disposto no artigo 100, caput e §1º, da Constituição Federal.	AI 812687						
Servidor Civil	Plenário Virtual	DIREITO DO TRABALHO   Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios   Adicional   Periculosidade - A questão a ser analisada diz respeito aos requisitos legais para a concessão de adicional de periculosidade. No caso concreto, o agravante pleiteia referido adicional ao argumento de que labora em prédio vertical onde se encontra armazenado combustível em um de seus andares.	AI 818688						
	Plenário Virtual	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Atos Processuais   Nulidade DIREITO DO TRABALHO   Duração do Trabalho   Intervalo Intrajornada - (...) nulidade das cláusulas normativas impugnadas, aos fundamentos de inexistência de autorização dos empregados para celebração dos acordos coletivos, consoante dispõe o artigo 612 da CLT, bem como da contrariedade ao artigo 71 da CLT, quanto à redução do intervalo intrajornada.	AI 825675						
Servidor Civil	Plenário Virtual	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Sistema Remuneratório e Benefícios   Acumulação de Proventos   Sistema Remuneratório e Benefícios   Teto Salarial - não incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação do benefício de pensão com os proventos de aposentadoria. Consignou tratar-se de direitos distintos, constitucionalmente e legalmente garantidos, sendo o fato gerador do benefício da pensão a morte do segurado e o dos proventos da aposentadoria o preenchimento dos requisitos definidos para a inatividade. Ao final, concedeu em parte a segurança, determinando à União que, para efeito de aplicação do teto, considere os valores percebidos individualmente, não os somando.	RE 602584						
Processual	Plenário Virtual	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença   Inexigibilidade do Título DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Entidades Administrativas / Administração Pública   FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço   Atualização de Conta   Intervenção no Domínio Econômico   Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - O cerne da controvérsia é a compatibilidade entre a garantia constitucional da coisa julgada e o parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.	RE 611503						

Observa-se que, em todos esses feitos, não há julgamento de mérito.

A estatísticas fornecidas pelo *site* da Corte Suprema, confirmam o diagnóstico sobre a demora nos julgamentos, conforme quadro elaborado em outubro de 2010, que segue:

AI e RE	2007	2008	2009	2010	Total
Distribuídos com preliminar de RG	4.787	25.889	21.333	18.454	70.463
Decisão de Preliminar de RG	19	125	97	94	335
Decisão de Mérito	0	26	29	14	69

Dados atualizados em 31/10/2010

Fonte: Portal de Informações Gerenciais e eSTF - Repercussão Geral ([http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudencia\\_Repercussao\\_Geral&pagina=numeroRepercussao](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudencia_Repercussao_Geral&pagina=numeroRepercussao))

### Repercussão Geral no mérito

Com mérito julgado	<u>Jurisprudência assentada</u>	52	69
	<u>Jurisprudência reafirmada por QO</u>	17	
Com julgamento de mérito pendente	<u>Julgamento Iniciado</u>	12	167
	Julgamento não iniciado	155	
Total		236	

Os números consignados preocupam, especialmente, naqueles casos em que há pedidos incontroversos e, portanto, passíveis de execução. Isto porque, tais processos, encontram-se suspensos em razão do reconhecimento de repercussão geral sobre a parte controversa da demanda, o que impede a parte de receber a prestação jurisdiccional parcial.

## CONCLUSÃO

A adoção do procedimento da execução provisória da parte incontroversa nos processos sobrestados em razão da repercussão geral, longe de resolver o problema crônico da lentidão dos julgamentos, traz em seu conteúdo, uma ferramenta que pode minimizar os prejuízos das partes.

A proposta, ora efetuada, está em consonância com o pensamento do mestre Nelson Nery Junior, que, ao tratar do tema da morosidade da Justiça em sua obra *Princípios do Processo na Constituição Federal*, diz, textualmente:

“Todavia, as pregações feitas por setores especializados em direito constitucional e processual, assim como também por setores leigos, no sentido de que são necessárias mudanças na legislação processual para “acabar-se” com a morosidade da justiça, não deixam de ser um tanto quanto dissociadas das verdadeiras causas, e, portanto, não são adequadas soluções para esses problemas por eles apontados.

Leis nós temos. Boas e muitas. Não se nega que reformas na legislação processual infraconstitucional são sempre salutares, quando vêm para melhorar o sistema. Mas não é menos verdade que sofremos de problemas estruturais e de mentalidade. Queremos nos referir à forma com que são aplicadas as leis e à maneira como se desenvolve o processo administrativo e o judicial em nosso País. É necessário dotar-se o poder público de meios materiais e logísticos para que possa melhorar sua infra-estrutura e, ao mesmo tempo, capacitar melhor os juízes e servidores públicos em geral, a fim de que possam oferecer prestação jurisdicional e processual administrativa adequada aos que dela necessitam.

*Mudança de paradigma*, é a palavra de ordem.

(NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal - Processo civil, penal e administrativo*. 9. ed. (rev. ampl. e atual. com as novas Súmulas do STF (simples e vinculantes)). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.- Pág. 317 e 318)

De fato, o que se está a sugerir é uma mudança de mentalidade no que se refere à aplicação da lei, abortando procedimentos formais injustos e criando uma nova forma de promover a justiça, através de decisões munidas de parâmetros que visem a sua imediata execução, ainda que provisória.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROJETO

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista Jurídica*, Porto Alegre: NOTADEZ, ano 58, n. 387, p. 36, jan. 2010.

CARDOSO, Oscar Valente. Repercussão Geral, Questões Constitucionais Qualificadas e Coisa Julgada Inconstitucional. *Revista Dialética de Direito Processual*, nº 72, p.66, mar-2009.

RODRIGUES, Clóvis Fedrizzi. Direito Fundamental à Duração Razoável do Processo. *Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil*-nº 63-Jan-Fev/2010.p.80 e 81

KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. A repercussão geral das questões constitucionais e o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário (Lei nº 11.418/2006). *Revista Forense*, Doutrina e Pareceres, Jurisprudência Civil, Jurisprudência Penal, Crônica, Estudos e Comentários, Legislação, v. 391, p. 241, maio/jun. 2007.

MACEDO, Elaine Harzheim. Direito e Democracia. *Revista de Ciências Jurídicas*, ULBRA, v. 6, n. 1, p. 94, 1º sem. 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MENDONÇA JUNIOR, Delosmar. *Direito civil e Processo – Estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim*. Coordenação: Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim, Nelson Nery JR., Rodrigo Mazzei, Teresa Arruda Alvim Wambier, Thereza Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal - Processo civil, penal e administrativo*. 9. ed. (rev. ampl. e atual. com as novas Súmulas do STF(simples e vinculantes)). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

OLIVEIRA, Flávio Luís de Oliveira. Princípio do acesso à Justiça. In: OLIVEIRA NETO, Olavo de; LOPES, Maria Elizabeth de Castro (Org.). *Princípios processuais civis na Constituição*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

PORTO, Sérgio Gilberto; USTÁRROZ, Daniel. *Lições de direitos fundamentais no processo civil – O conteúdo processual da Constituição Federal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Reforma do judiciário – Primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional n. 45/2004*. Coordenação: Teresa Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Manoel Gomes Jr., Octavio Campos Fischer, William Santos Ferreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SCAFF, Fernando Facury. O recurso extraordinário ao STF e a Repercussão geral da questão constitucional em matéria tributária – Lei nº 11.418. *Revista Jurídica Tributária*, ano 1, n. 2, p. 53, jul.-set. 2008.